**UNIVERSIDAD NACIONAL DE ITAPUA**

**III SEMINARIO INTERNACIONAL DE LOS ESPACIOS DE FRONTERA (III GEOFRONTERA)**

# *Integración: Cooperación y Conflictos*

# III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DOS ESPAÇOS DE FRONTEIRA (III GEOFRONTEIRA)

# *Integração: Cooperação e Conflito*

EJE 3: MOVIMIENTOS SOCIALES Y CONFLICTOS EN LA FRONTERA

**Gênero, política pública, patriarcado, racismo e capitalismo nas Conferências da Mulher no Brasil**

Fabiane Medina da Cruz

Mestranda-PPGS/UFGD

Pesquisa financiada pela Fundect/CAPES

Grupo de Pesquisa Antonio Gramsci – GEA

medinafabicruz@yahoo.com.br

**Resumo**

O presente trabalho foi pensado no sentido de contribuir com o entendimento sobre aspectos da configuração da relação entre feminismo, Estado e participação política dos movimentos sociais de mulheres que atuam no Brasil hoje (2015), com a finalidade de compreender essa relação. Nesse sentindo, optou-se pela escolha do tema de pesquisa, o processo político das Conferências de Políticas Públicas para as Mulheres que expressa a atuação da Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres.

*Palavras-chave: Movimento feminista, participação política, Estado neoliberal.*

**1 Introdução**

Dentro das possíveis controvérsias que abrangem as tensões de paradigmas no feminismo destacamos desde pronto as seguintes ressalvas: A entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho durante o século XX, não foi suficiente para efetivar a sua emancipação (MÉSZAROS, 2002). Assim, de acordo como se ancorou o principal objetivo do movimento feminista na guinada para a segunda onda de articulações, e ainda, como é recorrente entre os anseios feministas, a corrida pela posição “protagonista” no mercado de trabalho de atingir metas dentro do ranking pelas posições da ocupação dos espaços do mercado, não fez (e nem fará) da mulher um sujeito mais completo e melhor realizado no espaço público.

Em síntese, “participação” tem se tornado palavra de ordem das mobilizações dos movimentos sociais em todos os níveis da articulação. Entretanto, lamentavelmente, o ato de participar nem sempre está associado à reflexividade de *pra quê* e *para quem* estamos buscando maiores espaços de poder.

Citamos o exemplo do 1° encontro “Cana, substantivo feminino[[1]](#footnote-1)”, que regozija as conquistas da equidade de gênero, pelo fato de poder contar com mulheres ocupando funções de destaque em “todas” as áreas do setor sucroenergético. As tarefas que ressaltam esse substantivo envolvem, principalmente, a condução feminina do maquinário para colheita.

 A pauta atual feminista por equidade de gênero nos espaços de poder nos leva a entender que faz parte da conquista histórica por direitos da mulher assumir postos de trabalho que estão relacionados com a força física e estereótipo masculino de personalidade. Essa disputa é um tema recorrente na produção literária do feminismo e a encontramos também no material que subsidia a política para a mulher dos órgãos governamentais dos estados e municípios do país.

Imbuídos da ideia de “correção dos efeitos do patriarcado”, a principal estratégia que mobiliza o feminismo hoje (2015) no Brasil, prevê que sejam identificados os espaços onde a mulher é/está excluída, ou mal representada (do ponto de vista da imagem/estereótipo), para que sejam formuladas metas de reversão desse quadro.

 Essa tática de inclusão é a tática principal que norteia as conferências e os planos de políticas para as mulheres do feminismo governamental. Um ponto controverso, se pensarmos que o apelo pela “equidade” se traduz em reservar espaços para as mesmas em lugares onde os homens estão historicamente dominando o cenário.

A sensação que nos desperta desse ponto de partida é que temos o sujeito masculino enquanto alvo exclusivo da autonomia da mulher. Nesse caso, será mais objetivo atribuirmos a esse sujeito (imbuído do comportamento intrínseco da masculinidade), a culpa pela história de violência e aniquilamento da subjetividade feminina dos espaços públicos e de poder.

Esse argumento é um prato cheio para o desenvolvimento do capitalismo. Pois, pensando dessa maneira, estaremos protegidas (e logo, mascarando o pensamento) de refletir sobre que os fatos que envolvem a exclusão e violência estão conectados a estruturas muito mais complexas de opressão e subaltenização dos sujeitos na organização capitalista.

Segundo Safiotti (2013), o modo de produção capitalista lança mão da tradição (patriarcal da sociedade) para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Por isso, do ponto de vista do plano estrutural, à medida que se desenvolvem as forças produtivas a mulher é “progressivamente marginalizada das funções bem-sucedidas, ou seja, perifericamente situada no sistema de produção”. Isso quer dizer que, a sociedade capitalista e patriarcal não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Mas, a inferiorização social produzida e alimentada pelo modo capitalista produção favorece o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho precarizado (SAFIOTTI, 2013, p. 66).

Safiotti que é uma feminista brasileira está especialmente atenta ao antagonismo dentro do movimento social das mulheres no Brasil, descreve que há um reformismo que emana do interior do movimento feminista, assumindo este, um caráter pequeno-burguês, que se contenta com conquistas de direitos formais restritos, apelando às insuficientes avaliações de autonomia. Destaca a autora, que “na verdade não existe um feminismo autônomo”, no que tange a opressão exclusivamente de gênero, como pressupõe grande parte do pensamento feminista hoje que procura rotular suas estratégias de mobilização “desvinculado de uma perspectiva de classe”. Pois, a solidariedade entre as consciências das mulheres, acabam por estar relacionadas à condição socioeconômica que cada uma procura defender (GONÇALVES, 2011).

De acordo com isso, consideramos que o tipo de mobilização que se apresenta no Brasil, do movimento feminista, se caracteriza pelo envolvimento elitizado entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que não visa contemplar uma aproximação da participação com as camadas populares da periferia do Brasil.

No Brasil, à maneira como o movimento feminista articula suas metas de participação da mulher, inclui a adoção da estratégia de converter-se em instituições e inserir-se nos organismos de gestão de Políticas Públicas, junto a secretarias e ministérios em nível nacional, estadual e municipal. Acredita-se, que essa é uma maneira eficiente para trabalhar na reversão da condição histórica da falta de oportunidades à mulher, a partir do lócus político.

E a partir dessa instância trabalha no sentido de criar meios para reformular a ampla gama de atitudes cotidianas que desprivilegiam mulheres da cobertura da cidadania. Sendo recorrente concentrar as energias em ações que vão da capacitação dos setores de saúde, até campanhas de equidade de gênero em ambientes empresariais e institucionais. Nesse sentido, fazer opção pelas “ações afirmativas” significa aparelhar-se por medidas legislativas que visa eliminar estereótipos de gênero que circundam as relações nos ambientes sociais e domésticos.

Procuramos pontuar com esse breve exposto, que existem estratégias diferentes de influir no resultado do ambiente da política, que vão de fatores que se configuram pelo êxito ou fracasso das ações, como também dos modos como se relacionam as mobilizações populares, com a estrutura do Estado, tanto quanto, com o esqueleto legislativo, e até mesmo, com o grau de abertura do sistema político que impulsiona. Podendo ainda o resultado das mobilizações ser fruto da concorrência entre os diferentes interesses que se encontram dispersos dentre o jogo político, conforme está prescrito por Lalander (2010), a cerca da mobilização de recursos do movimento étnico no Equador.

Relegamos que a visão fecunda empreendida por Lalander serve para compreender melhor o processo de envolvimento de determinada localidade e suas respectivas articulações no campo da política, pois chama atenção para o fato de que é importante considerar o contexto histórico do sistema geral analisado, os pequenos processos que conformam eventos maiores de expressão nacional da corrente política e consequentemente, a maneira como se expressa a natureza organizativa dos grupos sociais que participam do pleito participativo.

As conferências de políticas públicas para as mulheres é um exemplo desse fator que queremos apontar, pois trata-se de um tipo de mobilização que encontra ramificações dentro do Estado, ao mesmo tempo em que oferece oportunidades de ramificar-se dentro das articulações ditas “autônomas”, da sociedade civil.

Os movimentos sociais que se encontram envolvidos nesse processo adotam uma postura veemente em relação ao envolvimento que estabelece com a política nesse contexto. Criando uma crescente sensação de reciprocidade entre as forças estatais e coletivas.

Dos dez anos que seguiram no Brasil, muito se tem falado em como esses eventos têm contribuído para mobilizar a sociedade. Assim como, os efeitos em relação à perspicácia da ação desses entes coletivos em preencher numerosas plenárias pelo país. Nesse meio tempo, assistimos, junto à teoria social, uma crescente bibliografia que revigora esse tipo de mobilização.

No entanto, apesar do grau de entusiasmo, optamos por pensar essa história a partir de uma parte da formação das bases que sustentam esse cenário: como se inserem nesses eventos, as mulheres das classes subalternas, ou a militância de base dos movimentos sociais?

Durante o trabalho que deu origem a essa pesquisa de mestrado (2013-2015), percebeu-se que a participação política de gênero se ancora pelo destacado nível de protagonismo das mulheres no universo público e político, sendo recorrente o ato de contagem de quantas mulheres ocupam cargos de chefia no mercado de trabalho e/ou liderança na sociedade política (partidos políticos e órgãos estatais). No entanto, considerando o exame de casos como a expressividade das mulheres indígenas e camponesas das conferencias intermunicipais, revelam que a cidadania ainda exclui de seu potencial efetivo, um bloco que aglutinam mulheres trabalhadoras rurais, negras e indígenas.

Isso nos aponta, que a tríade entre capitalismo, racismo e patriarcado, apontado por Safiotti como o problema central do feminismo no Brasil, ainda não está em consonância com sua matéria principal.

Safiotti compreende que só a partir da tripla camada de discriminação que envolve reflexões inseparáveis entre patriarcado, racismo e capitalismo, desvendaremos que as desigualdades entre homens e mulheres estão situadas numa ordem determinada pela produção, troca e consumo, que vão além das evidencias das percepções simbólicas da produção das subjetividades entre homens e mulheres. Mesmo porque os sujeitos, masculino e feminino estão ambos construídos pelo esquema concorrencial da identidade que exclui e inviabiliza a existência do outro. E que tais analogias não se configuram em detalhes.

**2 Mulheres e democracia**

A história do movimento feminista tem ligação muito próxima com a democracia e a participação. Um dos maiores lemas dos direitos da mulher foi o direito ao voto na chamada primeira onda do feminismo, substanciado pelo apelo do sufrágio universal. A declaração Sêneca Falls, nos Estados Unidos, e o projeto de lei de John Stuart Mill, na Inglaterra, marcam a defesa da participação da mulher na democracia representativa, entretanto, foi do advento da Revolução Francesa que o feminismo ascendeu como modelo de mobilização por recursos políticos que favorecessem as mulheres em plano global.

Trazendo esse debate para atualidade, destacamos que o ano de 2011 foi o mais recente calendário para grande parte das mobilizações populares que conhecemos por Conferências de Políticas Públicas. Esse calendário se repete a cada quatro anos. E a Conferência da Mulher é uma das mais novas agendas de reuniões dessa natureza, pois, prematuramente se encontra na sua terceira edição.

A ideia de conferências de políticas públicas tem seu deslanche no legado da Conferência da Saúde, que data de 70 anos atrás, quando, em 1937 o artigo 90 da lei n.° 378 instaura a cultura da “participação popular” nos espaços democráticos fomentados pelo governo federal.

 A composição das conferências de políticas para as mulheres segue esse padrão, pois são eventos instruídos a partir de um regimento interno, formulado e difundido pela Secretaria Nacional de Política para as Mulheres da Presidência da República (SPM), que estabelece, entre outras coisas, como devem ser formadas as delegações que irão fazer parte das etapas seguintes de mobilização, respectivamente, estadual e nacional. Não são todas as mulheres que são levadas às etapas seguintes, até Brasília, é claro, o modelo adotado para a seleção é o modelo de candidatura, articulação política entre as outras participantes e eleição da representante que irá “defender os interesses do seu grupo nas reuniões subsequentes”. Para a votação das personagens políticas, há um conjunto de legendas as quais as mulheres precisam identificar sua candidatura, ou seja, ensaia o pleito tradicional eleitoral, o que aproxima os movimentos de mulheres, nesse momento, às características dos partidos políticos.

 Cada uma dessas legendas corresponde um setor da “sociedade civil organizada”, que por sua vez, dizem respeito aos organismos da sociedade (civil e política) fracionadas em interesses variados. Segundo a descrição dos segmentos sociais que podem compor a delegação de mulheres até a etapa nacional, as candidaturas precisam alinhar-se entre os seguintes organismos:

|  |  |
| --- | --- |
| 1 | Movimento feminista |
| 2 | Acadêmicas e pesquisadoras da área de relações de gênero das universidades |
| 3 | Comitês de mulheres de partidos políticos |
| 4 | Movimento de mulheres negras |
| 5 | Movimento de mulheres indígenas |
| 6 | Movimento de mulheres rurais |
| 7 | Comitês de mulheres de sindicatos e associações de classe |
| 8 | Movimento de mulheres lésbicas |
| 9 | Movimento populares de mulheres (associações comunitárias e moradoras, clube de mães) |
| 10 | Conselhos dos direitos da mulher |
| 11 | Reeducandas do sistema semiaberto |
| 12 | Demais categorias |

 Fonte: DOEMS 7.980

O regimento estabelece ainda que a composição da delegação deve observar as dimensões de maioria da sociedade civil, em contrapartida às participantes governamentais. De acordo com essa determinação, então, a delegação de titulares eleitas para representar as mulheres que vai à Brasília contou com 60% dos segmentos que correspondiam à identidade política considerada “Sociedade Civil”. Sendo a outra parcela preenchida por integrantes governamentais ou as funcionárias de “secretarias da política para as mulheres”, isto é, as gestoras de políticas públicas que atuam nos municípios, correspondendo 40% das delegadas consideradas “natas” (porque possuem lugares demarcados de acordo com os cargos que ocupam).

**3 A participação de gênero nos espaços de governo**

Em geral é uma determinação das diretrizes de implantação, que esses órgãos gestores estejam vinculados diretamente ao gabinete do poder executivo. Pois dessa forma, acredita-se dispor de mais ‘autonomia’ em relação às outras secretarias, que, segundo o principal argumento de criação dos organismos de política de gênero, alimentam outros tipos de interesses na condução das ações. Centrando ênfase na importância de um órgão específico.

Aliás, ‘autonomia’ é a palavra de ordem da Política para as Mulheres. Na edição atual das conferências o termo marca a estrutura dos blocos de discussão que ficam divididos em quatro tipos de autonomias:

**Tema 1: Autonomia Econômica e Social: igualdade no mundo do trabalho e desafios do desenvolvimento sustentável** (Eixo 1 do II PNPM) T**ema 2: Autonomia Cultural** (Eixo 2 do II PNPM)

**Tema 3: Autonomia Pessoal** (Eixos 3 do II PNPM)

**Tema 4: Autonomia Política, institucionalização e financiamento de políticas públicas para as mulheres** (Eixo 5 do II PNPM)

(SPM, 2013, p. 7).

 A conferência pelo interior dos estados não é diferente, já que o tema da autonomia foi o tema que substanciou os diários oficiais para a chamada das reuniões intermunicipais da jornada da Conferência da Mulher.

 Autonomia, por consequência, é a principal justificativa para a criação dos organismos de políticas de gênero e da sua característica estrutural.

é importante que o mecanismo esteja vinculado à Secretaria-Executiva, ou estrutura equivalente, como forma de assegurar a interlocução necessária com todas as áreas da instituição, finalísticas ou não (SPM, 2011, p. 54).

O fato de a Secretaria de Políticas para as Mulheres ser um organismo destacado das demais secretarias e ministérios se constitui num fator simbólico para a teoria política feminista e é contemplado com bastante vigor no discurso das feministas e técnicas das secretarias. Entre, os argumentos válidos que a justificam está presente a altivez de possuírem um organismo nacional e este contar com *status* de ministério.

A decisão por vincular os organismos diretamente às secretarias executivas se deve ao fato de, assim, poder ter mais livre-arbítrio no planejamento e condução das ações formuladas pela pasta, tendo em vista a compreensão por parte do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Política para as Mulheres, que tal iniciativa favorece na interferência direta da captação de recursos a partir do Plano Plurianual, no intuito de influenciar os demais setores do governo com as políticas de gênero. Assim, as metas que são aconselhadas pelo documento de *Orientações Estratégicas para a Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais*, incluem:

a) Interferir na formulação do Plano Plurianual em relação à proposição de políticas que considerem a perspectiva de gênero; b) Estimular a reflexão conjunta entre as diferentes áreas da instituição a respeito da incorporação da perspectiva de gênero nas ações desenvolvidas e em outras que possam vir a ser implementadas, favorecendo o reordenamento da programação institucional em direção à transversalização de gênero no conjunto das políticas desenvolvidas; c) Garantir a articulação permanente entre todas as áreas da instituição – finalísticas ou não – para o planejamento, execução e monitoramento integrado de novas ações ou a adequação de ações já desenvolvidas em benefício das mulheres ou da igualdade de gênero; d) Desenvolver ações de capacitação das equipes – permanentes ou não – dos órgãos governamentais na temática de gênero, raça e etnia aplicadas à elaboração de políticas públicas, incluindo o planejamento e a dimensão orçamentária; e) Definir, junto às diferentes áreas, as prioridades de execução anual do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e coordenar as atividades de elaboração das propostas da instituição para as novas versões do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Essa atividade se dá em momento subsequente à realização das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres; f) Capacitar as equipes – permanentes ou não – para preenchimento do Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e acompanhar a alimentação trimestral dessa ferramenta de monitoramento; g) Encaminhar servidoras/consultoras/estagiárias que apresentem denúncias ou demandas relacionadas ao aprimoramento das relações internas de trabalho às instâncias responsáveis (ouvidorias, recursos humanos, entre outras) e capacitar as equipes dessas esferas para o atendimento qualificado e humanizado (SPM, 2011, p. 53).

Desse modo de ver, as coordenadorias têm, então, um aspecto, digamos, “pedagógico” direcionado às outras secretarias temáticas que se relacionam com a questão de gênero e que são atingidas pela demarcação da questão da transversalidade de poder trabalhar com essas metas, mesmo que indiretamente.

A transversalidade é, neste sentido, a maneira como devem ser abordadas as ações consideradas estratégicas pelo movimento feminista em relação à execução da política de gênero. Segundo consta no documento de *Orientaçõe*s...,

transversalidade é, antes de tudo, um pacto de responsabilidades compartilhadas que deve envolver, no caso da Política para as Mulheres, todos os órgãos do governo e todos os entes federativos, garantindo-se a participação social. Isso porque somente uma ação conjunta de todos os setores pode obter sucesso em mudar a realidade de desigualdade entre homens e mulheres, tão candente e, ao mesmo tempo, tão cotidiana em nosso país (SPM, 2011, p. 6).

Sociologicamente, a transversalidade, pode ser então entendida como uma agenda de mudança cultural, esta, por sua vez é o pano de fundo principal da teoria feminista desenvolvida nos últimos tempos e perseguida pela ciência política das relações de gênero em diversos níveis de sua mobilização.

Ou seja, o pensamento feminista se fundamenta na transformação das mentalidades, acreditando que o trabalho pedagógico de formular novas consciências, nos transportará para o momento (histórico ou hipotético, isso não fica bem esclarecido dentro do pensamento feminista) em que a hierarquia entre os sexos não mais existirá. Foi nesse ponto que as teorias das democracias contemporâneas se encontraram com a teoria feminista – na indefinição concreta de quanto, onde e por quem será matizada essa proposta.

As teorias contemporâneas das democracias trabalham sob o mesmo pretexto de que seja construído um espaço, ao menos em hipótese, onde as hierarquias entre as relações políticas sejam abrandadas, e que, enfim, as pessoas possam reunir-se para debater quais os melhores caminhos serão tomados para resolver impasses como, por exemplo, onde serão aplicadas as verbas, e quais as emergências de infra-estrutura podem ser sanadas pela administração pública. Em síntese, essas propostas deparam-se com uma série de limitações. Uma delas e a mais célebre é que tentam conciliar ideais sociopolíticos dentro de um sistema pouco humanizado de organização social, como é o sistema capitalista.

Viana (2003) argumenta que,

a democracia burguesa se metamorfoseou em três formas principais, a saber: a) A forma democrática censitária (também chamada de “democracia parlamentar” e “estado constitucional”) e “liberal” que vai até meados do século 19; b) A democracia partidária liberal que predominou do final do século 19 até a Segunda Guerra Mundial; c) A democracia partidária burocrática, que se instaurou após a Segunda Guerra Mundial (VIANA, 2003, p. 37)

Um estudo cunhado por um representante dos modelos participativos de democracia dentre os estudos científicos, Leonardo Avritzer, procura destacar uma dessas adaptações da democracia, tendo em vista realizar os ideais de igualdade e justiça. Esses ideais se definem por adotar um caráter pressupostamente formal e suas bases são as mesmas que contêm nos referenciais da teoria política feminista anglo-saxã, que tem como tema chave a defesa da criação de canais institucionais de participação dentro do sistema político estatal. Segundo isso, o exercício que faltava para a legitimação da cidadania, defendido através da ideia de autonomia dos indivíduos. Entretanto, distanciam-se das substancias da ação popular de resistência, denúncia e enfrentamento dos obstáculos concernentes ao Estado neoliberal em ampliar a consideração que adota de cidadania.

Lamentavelmente empregado enquanto sinônimo de autonomia, a utopia de que os indivíduos estão amparados pelas mesmas condições de participação. Ou então que nesses espaços criados e geridos pela sociedade política, as pautas não serão manipuladas pelo elitismo do sistema de representação, e que essas não são momentos de controle de mecanismos de gestão da sociedade.

**6 Considerações Finais**

Em síntese, as estratégias de participação não são suficientes para se consolidar dentro do plano liberal representativo. Por enquanto apenas servem para consolidar o ideal de autorização. Pois os movimentos societários quando se vinculam ao sistema liberal perdem seus caracteres de autonomia.

Hoje o grande desafio é a criação de um modelo democrático que favoreça a participação política e a inserção das classes e grupos subalternos nos temas da política. Tal problema pode-se dizer que foi gerado pela necessidade de controle constante dos representantes nas tomadas de decisões coletivas.

Há várias abordagens para o movimento feminista, mas podemos arriscar que basicamente ele se fragmenta, transformando uma poderosa vertente mobilizadora social que se *ongizou* e declinou em termos de criatividade e mobilização cultural e política.

Dessa forma, a sugestão da atuação do movimento no Brasil é que as táticas adotadas se inscrevem a guisa de reformas e mudanças importantes de nível cultural e de denúncias dos abusos e invisibilidades das mulheres na historia social que relegou por muito tempo o sujeito feminino aos espaços de tutela do sistema patriarcal. Essa demanda por mudança fez com que ocupasse lugar de destaque na ‘abertura política’ ou redemocratização dos espaços de decisão, promovendo resistência e insistência espetacular na busca pela adição das flexões de gênero ao conceito de cidadania, trazendo à tona, demandas de todos os sujeitos excluídos e subalternizados, a exemplo do movimento negro por direitos civis e inclusão histórica nacional.

No entanto, a configuração do movimento feminista sob bases de política estatais, acabou criando uma enorme lacuna entre as mulheres da elite cultural e social e as mulheres das classes subalternas. Uma vez que o sistema burocrático e elitista da democracia moderna e os modelos limitados de democracias tendenciais, não dispõem de espaço para as bandeiras da classe trabalhadora.

Outra característica que se formou do movimento feminista, foi sua forte relação com o sistema de mercado, sendo essa a principal perspectiva que o vincula às políticas estatais. Confundindo os conceitos que trabalha de autonomia.

Em síntese observa-se que existem classificações pontuais entre novas atitudes e atitudes tradicionais, mas o caso do movimento feminista é um caso emblemático, visto que não se posiciona dentro do terreno das lutas de classes e nem são de todo ‘novas’ (nem tão originais) as suas posições atuais.

**7 Referências Bibliográficas**

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Comitê deArticulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. *Orientações Estratégicas para Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

GONÇALVES, Renata. O feminismo marxista de Heleieth Saffioti. *Lutas Sociais*, n. 27, p. 119-131, 2011.

LALANDER, Rickard. *Retorno de los Runakuna: Cotacachi y Otavalo*, Abya-Yala, Quito, 2010.

MESZAROS, Istiván. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo.* Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.

1. Disponível em: http://www.canaonline.com.br/conteudo/encontro-cana-substantivo-feminino-abre-o-ano-safra2014. [↑](#footnote-ref-1)